



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Antônio Carlos Rodrigues - PL/SP

Apresentação: 04/07/2024 15:17:14.287 - CVT
PRL 1 CVT => PL 2101/2023

PRL n.1

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.101, DE 2023

Altera o Código de Trânsito Brasileiro para prever que somente serão aplicadas multas a veículos em rodovias que apresentem sinalização e conservação adequadas.

Autor: Deputado ELI BORGES

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS RODRIGUES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em exame insere o Art. 280-A na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer que a autuação por infração de trânsito só poderá ser imposta em vias e rodovias que atendam aos critérios de sinalização e conservação adequadas, conforme definidos pelos órgãos e entidades executivos de trânsito e de infraestrutura rodoviária.

De acordo com o texto, considera-se sinalização adequada aquela que atenda aos critérios de visibilidade, legibilidade, compreensibilidade, continuidade e uniformidade, conforme estabelecido na legislação de trânsito brasileira. Conservação adequada é aquela que garanta a boa condição de conservação do pavimento, acostamento, faixas de rolamento, pontes, viadutos, sinalização horizontal e vertical, defensas metálicas e demais dispositivos de segurança. Dispõe, ainda, que a



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 683 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5683/3683 | dep.antoniocarlosrodrigues@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249824662600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Carlos Rodrigues





inobservância dessas regras implicará na nulidade da multa aplicada, sendo obrigatório o ressarcimento dos valores eventualmente pagos.

Também inclui o Art. 280-B para definir que, caso a via ou rodovia esteja sob regime de concessão a entidade privada, a concessionária deverá ser responsabilizada pelas multas que eventualmente sejam aplicadas em decorrência da ausência de sinalização e conservação adequadas. O parágrafo único desse artigo permite que a concessionária recorra das multas que eventualmente lhe forem atribuídas, respeitando o processo administrativo disposto no Código e regulado pela autoridade de trânsito competente.

O projeto foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última apenas para análise de constitucionalidade e de juridicidade, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em exame, de Autoria do Deputado Eli Borges, insere os arts. 280-A e 280-B na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para tratar sobre infrações de trânsito. O art. 280-A estabelece que a autuação por infração de trânsito só poderá ser imposta em vias e rodovias que atendam aos critérios de sinalização e conservação adequadas, conforme definido no corpo do projeto. Dispõe, ainda, que a inobservância dessas regras implicará na nulidade da multa aplicada, sendo obrigatório o ressarcimento dos valores eventualmente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Antônio Carlos Rodrigues - PL/SP

Apresentação: 04/07/2024 15:17:14.287 - CVT
PRL 1 CVT => PL 2101/2023

PRL n.1

pagos. O Art. 280-B, por sua vez, define que, caso a via ou rodovia esteja sob regime de concessão a entidade privada, a concessionária deverá ser responsabilizada pelas multas aplicadas em decorrência da ausência de sinalização e conservação adequadas. Permite, por outro lado, que a concessionária recorra das multas que eventualmente lhe forem atribuídas.

Gostaríamos de enaltecer a preocupação do Autor da proposta com a aplicação de multas de trânsito indevidas ao cidadão brasileiro. Entretanto, acreditamos que o projeto traz alguns inconvenientes, explicados a seguir.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o art. 90 do CTB já isenta a aplicação de penalidades em decorrência de má sinalização, nos seguintes termos:

“Art. 90. Não serão aplicadas as sanções previstas neste Código por inobservância à sinalização quando esta for insuficiente ou incorreta”.

Portanto, com relação à sinalização, já há previsão legal para que as multas não sejam aplicadas nos casos especificados. Ou seja, caso seja autuado em local onde a sinalização seja precária, o cidadão pode apresentar recurso ao órgão atuador com alegações nesse sentido, como base no art. 90 do CTB.

Quanto à nulidade da multa de trânsito por conservação inadequada, apesar de entendermos as razões do Deputado Eli Borges, é preciso alertar que a medida poderá impactar negativamente a segurança do trânsito.

De fato, é recorrente em nosso País a existência de vias com pavimento e outros elementos de engenharia em condições ruins por falta de conservação. Entretanto, pode-se contar nos dedos as infrações em que o estado de trafegabilidade da via é capaz de induzir o condutor ao cometimento das transgressões. Por outro lado, temos no CTB dezenas de infrações em que



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 683 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5683/3683 | dep.antoniocarlosrodrigues@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249824662600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Carlos Rodrigues

* C D 2 4 9 8 2 4 6 6 2 6 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Antônio Carlos Rodrigues - PL/SP

Apresentação: 04/07/2024 15:17:14.287 - CVT
PRL 1 CVT => PL 2101/2023

PRL n.1

a conduta do motorista independe das condições de trafegabilidade da via. Dirigir embriagado, dirigir sem o cinto de segurança, conduzir motocicleta sem capacete, disputar racha, avançar o sinal vermelho, são apenas algumas das condutas reprováveis praticada nas vias brasileiras e que não têm qualquer relação com o estado de conservação da infraestrutura viária.

Portanto, não nos parece adequado criar um efeito de causalidade onde ele não existe. Ainda que em casos específicos o estado de conservação possa influenciar o cometimento da infração, a nulidade incondicional das infrações de trânsito cometidas em vias e rodovias malconservadas pode ter um efeito devastador para a segurança do trânsito, uma vez que nos trechos com problemas de manutenção é exatamente onde o condutor deve dirigir com maior atenção e cautela.

Assim, ao invés de proteger o contribuinte, o projeto pode causar ainda mais danos ao erário, em decorrência dos gastos impostos aos cofres públicos pelos acidentes que possivelmente ocorrerão com a nulidade das multas de trânsito, na forma proposta pelo projeto.

Com relação à assunção de multas por parte das concessionárias de rodovias, entendemos também não ser cabível. Nos contratos de concessão rodoviária, o poder público pactua com o agente privado as metas de investimentos e os níveis de qualidade das rodovias concedidas. A qualidade é, inclusive, um dos parâmetros para a revisão tarifária periódica a ser realizada pelo órgão regulador. Se a rodovia não atender ao padrão pactuado, aplica-se um redutor na fórmula de revisão ordinária da tarifa de pedágio, com impacto direto na rentabilidade do negócio. Portanto, já existem instrumentos regulatórios de controle que visam garantir que o tráfego nas rodovias concedidas ocorra de forma segura e confortável.

Ademais, impor novos ônus aos concessionários rodoviários, para além dos que foram estabelecidos no contrato original, pode ser considerado ilegal, por quebra unilateral do pacto contratual.



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 683 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5683/3683 | dep.antoniocarlosrodrigues@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249824662600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Carlos Rodrigues





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Antônio Carlos Rodrigues - PL/SP

Diante de todo o exposto, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 2.101, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2024.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Deputado Federal – PL/SP

Apresentação: 04/07/2024 15:17:14.287 - CVT
PRL 1 CVT => PL 2101/2023

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo III - Gabinete 683 | CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tels (61) 3215-5683/3683 | dep.antoniocarlosrodrigues@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249824662600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Carlos Rodrigues

